D. Ximenes Belo

1996 ► **Paz**

Uma Igreja livre

Como administrador apostólico de Díli, a capital do território, D. Ximenes Belo respondia directamente perante a Santa Sé. Tal condição permitiu-lhe, ao longo dos anos, estar livre de quaisquer obrigações formais para com a Conferência Episcopal Indonésia, o que significa que não tinha de assumir como suas as deliberações sobre o território tomadas por aquele organismo. E não foram raras as vezes em que teve de enfrentar representantes do Vaticano que discordavam da sua postura.

Para dar resposta ao facto de cada vez mais timorenses aderirem à Igreja Católica – que, na ausência dos pró-independentistas, entretanto feitos prisioneiros, se tornou na principal voz da oposição ao regime de Jacarta –, criou um instituto para professores da doutrina cristã e um seminário menor para futuros padres timorenses. Contrariando todas as directivas da política indonésia, encorajou o uso do tetum e do português durante as liturgias e nas escolas.

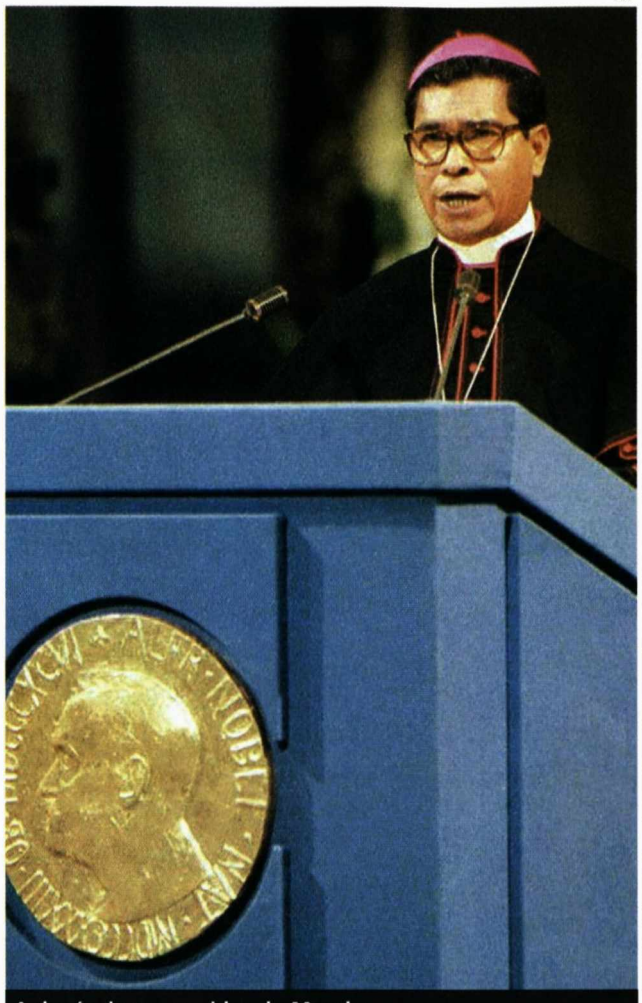
Paralelamente, Ximenes Belo construiu uma forte cadeia de escolas secundárias católicas, tendo fomentado o estabelecimento de clínicas e de orfanatos e a criação de uma emissora de rádio católica.

Em tempos de agonia do povo timorense, foi a voz dos que não tinham voz. Carlos Filipe Ximenes Belo (1948-), administrador apostólico de Díli, assumiu no território a defesa dos oprimidos. Deu esperança e refúgio aos timorenses, fez chegar ao Mundo o sofrimento dos seus. Com José Ramos-Horta, que batalhava no exílio pela autodeterminação de Timor-Leste, recebeu em 1996 o Prémio Nobel da Paz, passo decisivo para a mobilização da comunidade internacional.

Ximenes Belo nasceu em Vemasse, província de Baucau, tendo ficado órfão de pai com apenas dois anos. Frequentou desde criança escolas católicas de Baucau e Ossu, antes de ingressar no seminário menor de Dare. Da primeira vez que esteve em Portugal estudou no Colégio Salesiano do Estoril e, entre 1974 e 1976, foi professor do Colégio Salesiano de Fatumaca, em Timor, tendo também leccionado em Macau. Regressou ao nosso país em 1976, desta vez por um período de três anos, durante o qual estudou Teologia na Universidade Católica.

Prosseguiu os estudos eclesiásticos em Roma. Em 1980, de novo em Lisboa, foi ordenado padre e regressou a Timor-Leste no ano seguinte. Durante 20 meses foi professor no Colégio de Fatumaca, instituição de que chegou a ser director. Este período foi especialmente importante na sua vida: por um lado, porque desenvolveu uma capacidade fora do comum de se relacionar com os jovens, alguns dos quais vieram a desempenhar um papel importante na história do território; por outro, por ter experimentado directamente a pressão e as técnicas intimidatórias das autoridades militares indonésias. Ao insistir numa educação verdadeiramente timorense, o colégio depressa se tornou numa ameaça para a política da potência invasora, a Indonésia.

AFP



A denúncia aos ouvidos do Mundo

Em 1983, dando cumprimento à escolha das autoridades eclesiásticas indonésias, o Vaticano nomeou-o administrador apostólico da diocese de Díli, em substituição do crítico Martinho da Costa Lopes. A escolha teve como base o suposto carácter de submissão de D. Ximenes, de tal forma que os padres timorenses não assistiram à cerimónia da sua nomeação. Mas os factos vieram confirmar que a Indonésia estava redondamente enganada: Belo não só não devia nada ao seu antecessor, como cedo granjeou o respeito do povo timorense, ao defender publicamente as vítimas do Exército indonésio.

De facto, volvidos cinco meses do desempenho da sua nova função, D. Ximenes denunciou, durante um sermão, o massacre de Kraras, ocorrido em 1983. Como a Igreja era a única instituição capaz de comunicar com o mundo exterior,

AFP

A ajuda (importante) de Mandela

o novo administrador apostólico de Díli começou a enviar cartas e a estabelecer contactos a nível mundial, apesar do desinteresse evidente que caracterizou o comportamento da Igreja Católica na altura. Em 1988, Ximenes Belo foi ordenado bispo de Lorium, pequena diocese de Itália, função que acumulou com a de administrador apostólico de Díli. Este procedimento da Igreja Católica é comum e destina-se a promover um sacerdote mantendo-o directamente dependente do Vaticano.

A popularidade de Ximenes Belo em Díli cresceu rapidamente e até de forma surpreendente para muitos, sobretudo os que tinham pensado noutros nomes para o cargo. Revelou-se amável e jovial, além de dominar várias línguas, como tetum, português, inglês, italiano e bahasa indonésia. Ao mesmo tempo, não escondia a sua paixão pela música clássica e pelo futebol.

Numa altura em que a ocupação indonésia se fazia sentir cada vez mais através da violência armada, os timorenses aderiam em massa à Igreja Católica. Em 1989, pouco antes da visita de João Paulo II à Indonésia, Ximenes Belo escreveu ao secretário-geral das Nações Unidas, pedindo que fosse organizado um referendo em Timor-Leste. Na missiva, o responsável pela Igreja Católica em Díli reclamava apoio para os timorenses, que estavam "a morrer como povo e como nação". No mesmo sentido foram então feitas diligências junto do Papa e do então presidente da República portuguesa, Mário Soares.

D. Ximenes Belo foi permanentemente observado pelas autoridades indonésias, sobretudo depois de ter proporcionado refúgio a dezenas de pessoas que escaparam ao massacre do cemitério de Santa Cruz. Como veio a acontecer nos dias que se seguiram ao referendo, apenas realizado em 1999, a casa do bispo chegou a ser refúgio seguro para muitos timorenses.

Constantes apelos à paz

As primeiras denúncias feitas por D. Ximenes Belo acerca da repressão indonésia surgiram logo após a sua nomeação como administrador apostólico da diocese de Díli. No dia em que recebeu o Prémio Nobel, aproveitou o cenário privilegiado que foi a cerimónia de Oslo para fazer um novo apelo à paz. A conquista do Nobel abriu novas perspectivas para Timor e permitiu ao bispo levar mais longe os seus contactos, como aconteceu junto do então presidente norte-americano, Bill Clinton.

Nomeado três vezes

Os esforços de D. Ximenes Belo em prol da paz e da reconciliação dos timorenses foram reconhecidos em 1996, mas a admiração pela sua figura há muito se fazia sentir internacionalmente. Já em 1994 o bispo esteve entre os candidatos ao mesmo prémio e, no ano seguinte, voltou a ser nomeado para o galardão, apoiado por nomes tão sonantes como o prelado sul-africano Desmond Tutu e a irlandesa activista dos Direitos Humanos Maired Maguaire.

Um porto seguro

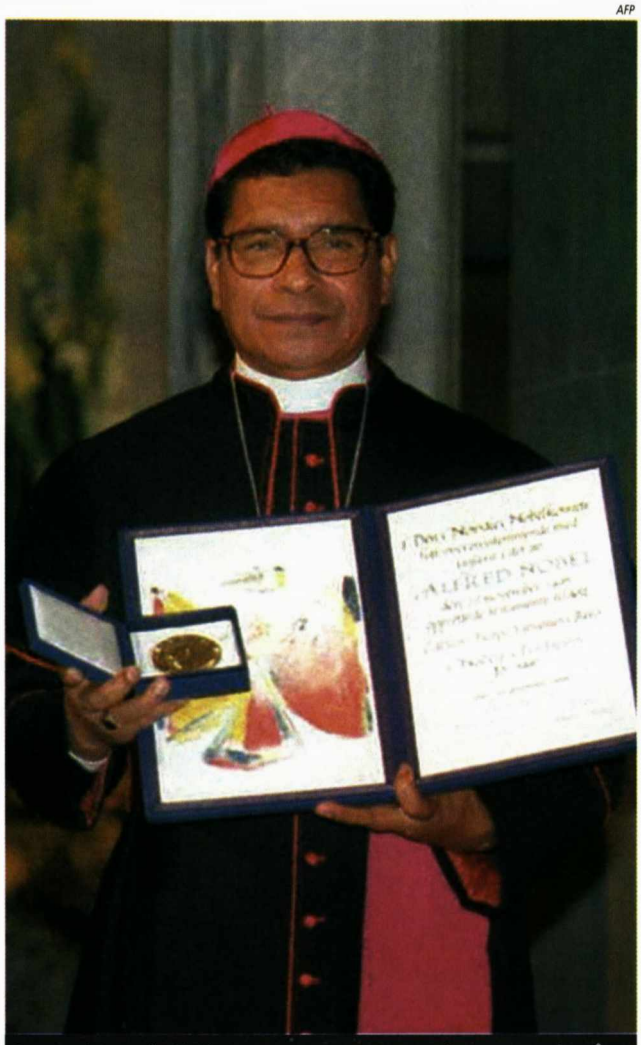
Convidado de Mandela

Laureado com o Nobel da Paz pelo seu papel na extinção do "apartheid", na África do Sul, Nelson Mandela foi uma das figuras internacionais mais activas na questão de Timor-Leste. Quando visitou a Indonésia em 1997, o então presidente sul-africano pediu a libertação de Xanana Gusmão. Ao regressar a Pretória, encetou contactos com Portugal e com a ONU, convidando de imediato o bispo D. Ximenes Belo a dar-lhe conta da escalada militar e do aumento da repressão no território.

Tentaram matá-lo

Da Indonésia surgiram por diversas vezes avisos à navegação: D. Ximenes Belo devia reduzir o seu protagonismo crítico à expressão mínima ou, então, teria de enfrentar as consequências quando regressasse a Timor-Leste. Isto além das pressões feitas junto do Vaticano no sentido de o bispo ser afastado. O prelado desvalorizou as ameaças e foi alvo de três tentativas de homicídio: em 1989, 1991 e na véspera de Natal de 1996.

AFP



Dependente do Vaticano, mas com voz autónoma

Quando as imagens recolhidas pelo jornalista Max Stahl correram Mundo, a consciência internacional despertou. Despertou definitivamente perante o sofrimento de um povo que viu os seus direitos reprimidos ao longo de mais de duas décadas. O sangrento 12 de Novembro de 1991 ficou para a história de Timor-Leste como um dia trágico, mas foi também o ponto de viragem no caminho, até então ainda pouco percorrido, para a liberdade. Divulgado que foi o massacre de Díli, em que largas dezenas de timorenses tombaram às mãos da Indonésia opressiva, a causa maubere não mais foi calada.

Muitos dos que nesse dia assistiram ao tiroteio junto do cemitério de Santa Cruz, em Díli, estão hoje gratos ao homem que lhes deu guarida. Pela mão de D. Ximenes Belo, administrador apostólico da diocese local desde 1983, cerca de 250 timorenses encontraram refúgio numa casa colonial. O bispo encarregou-se ainda de escoltar outros jovens até suas casas, pensando que dessa forma ficariam a salvo. No entanto, há um número indefinido de timorenses que, a partir desse dia, nunca mais foram vistos.

Calcula-se que perto de 900 pessoas estiveram envolvidas no massacre de Díli. Dados não oficiais revelam que no cemitério de Santa Cruz morreram 271 timorenses, enquanto o número de feridos ultrapassou os 380. Quanto aos que desapareceram, estima-se que foram perto de 250.

Oito anos depois, D. Ximenes Belo voltou a ser sinónimo de esperança para muitos timorenses. A escalada de violência protagonizada pelas tropas indonésias e pelas milícias pró-Jacarta após o referendo de 30 de Agosto de 1999 – em que 78,9% dos votantes escolheram a independência – semeava de novo a morte no território, desta vez perante uma classe política internacional mais informada mas ainda demasiado inoperante – a força multinacional de paz só chegou ao território a 18 e 19 de Setembro.

Nos dias que se seguiram àquela votação livre e histórica, a residência do bispo em Díli foi o centro de todas atenções. D. Ximenes Belo acolheu centenas de pessoas que fugiam pelas ruas da capital timorense em busca de porto seguro. A casa do bispo, contudo, não foi local "sagrado" por muito tempo. Com o avolumar das tensões, caiu por terra o respeito pela personalidade eclesiástica ali instalada, de tal forma que o prelado teve de abandonar o seu próprio "santuário".

A violência provocada pelas milícias pró-Indonésia terá vitimado qualquer coisa como duas mil pessoas no período que se seguiu ao referendo, segundo um investigador das Nações Unidas.

Apoio português

Setembro de 1999 foi o mês de todas as emoções. Três dias após o anúncio dos resultados do referendo em Timor-Leste, Xanana Gusmão, líder da resistência timorense, foi libertado pelas autoridades indonésias. Por cá, aguardava-se com expectativa a sua chegada, mas antes disso os portugueses tiveram oportunidade de prestar homenagem a um homem que repetidas vezes disse ser "a voz dos que não têm voz".

D. Ximenes Belo chegou a Portugal no dia 10 para uma visita que assumiu contornos surpreendentes, até para ele próprio. A passagem do Nobel da Paz pelo nosso país revelou, uma vez mais, que a causa maubere era também a causa de todos os portugueses, protagonistas, desde a primeira hora, de uma onda de solidariedade sem precedentes. Se o bispo timorense já o sabia, teve oportunidade de testemunhá-lo quando percorreu as ruas de Lisboa e do Porto, entre outros locais que visitou na altura.

AFP

Uma actividade pastoral, em todo o sentido

Por onde passou, deparou-se com recepções calorosas. A capital portuguesa, inclusivamente, nunca tinha assistido a semelhante manifestação de carinho.

Carinho foi o termo utilizado por Xanana Gusmão para caracterizar o sentimento que une os dois povos. Disse-o no dia 1 de Outubro, quando chegou a Portugal vindo dos Estados Unidos, na presença de um não menos emocionado Jorge Sampaio. Tal como D. Ximenes, também o dirigente do Conselho Nacional da Resistência Timorense se pronunciou com especial deferência ao apoio da sociedade portuguesa.

É que, em Setembro de 1999, Portugal parou por Timor. Parou para gritar bem alto, muitas vezes em silêncio, pelo fim dos massacres e pela necessidade imediata de uma intervenção da comunidade internacional. Esta causa uniu todos os portugueses, de todos os credos ou sem credo e de todos os quadrantes políticos. Foi o mais importante momento de unidade nacional depois do 25 de Abril.

Por todo o país organizaram-se vigílias. As janelas vestiram-se de branco. Houve um minuto em que todos, onde quer que estivessem, foram convidados a parar e a manter-se em silêncio por Timor. Em Lisboa, dezenas de milhar de pessoas formaram um cordão humano de dez quilómetros, unindo as embaixadas de França e dos Estados Unidos para exigir uma rápida intervenção no território martirizado.

Velas acesas e lágrimas vertidas por milhões de portugueses foram, aos olhos do Mundo, tão ou mais importantes como os esforços diplomáticos que eram incessantemente desenvolvidos pelo Governo português e pelo incansável José Ramos-Horta.

Sampaio presente

Oslo, 10 de Dezembro de 1996. Tendo como palco os Paços do Concelho da capital norueguesa, a cerimónia de entrega do Nobel decorreu no mesmo dia em que se assinalou o primeiro centenário da morte de Alfred Nobel. Os representantes indonésios não compareceram ao acto. Orgulhoso esteve certamente o presidente Jorge Sampaio, que ouviu D. Ximenes Belo agradecer a Portugal e a outras nações amigas o facto de o terem proposto para a distinção.

Ordem da Liberdade

Ao longo da sua luta pela paz, D. Ximenes Belo foi merecedor de diversas honrarias, como doutoramentos "honoris causa". Ainda recentemente, semelhante distinção foi-lhe concedida pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que também agraciou Xanana Gusmão e José Ramos-Horta. Em 1997, Jorge Sampaio atribuiu ao bispo a Ordem da Liberdade. No ano seguinte, Ramos-Horta recebeu a mesma condecoração.

José Ramos-Horta

1996 ► **Paz**

Demora na intervenção dos EUA

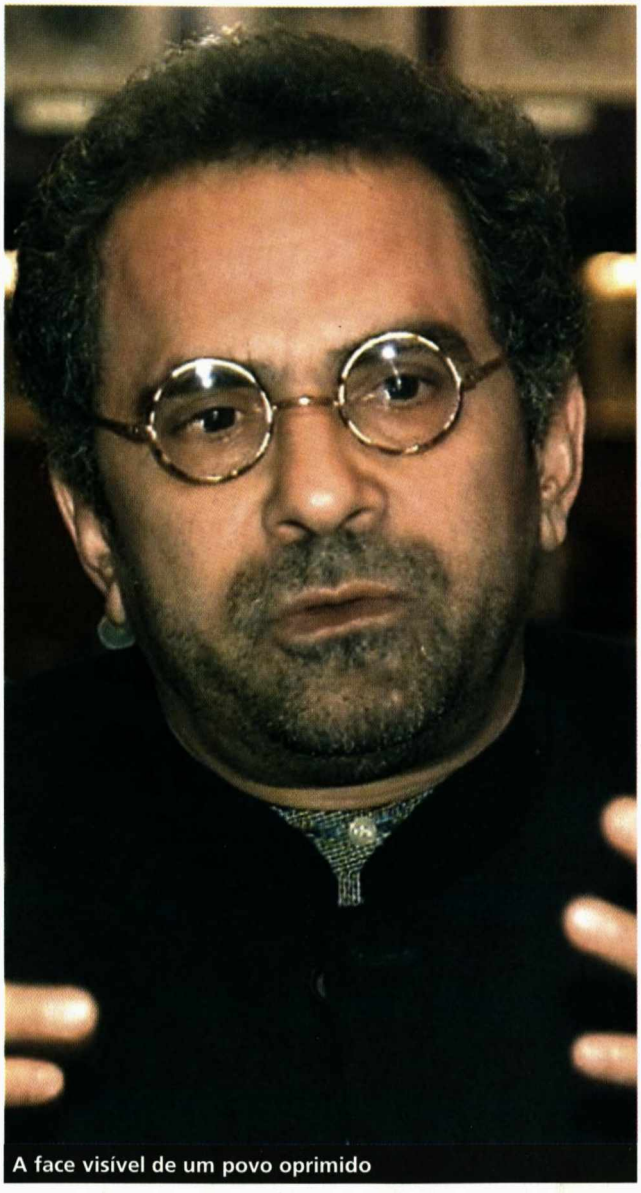
A pressão dos Estados Unidos foi determinante para que a Indonésia reconhecesse a necessidade de intervenção internacional para assegurar a paz em Timor-Leste. Mas nem por isso foi atempada e muito menos convicta. A administração de Bill Clinton manteve-se silenciosa durante muito tempo, mesmo quando já estavam em curso a destruição do território e os massacres após o referendo de 1999.

A importância estratégica da Indonésia naquela parte do Globo (trata-se de um dos países mais populosos do Mundo e a maior de todas as nações muçulmanas) sempre estimulou as boas relações com a superpotência norte-americana, que era, inclusivamente, o principal fornecedor de armamento das forças armadas de Suharto.

Já depois da atribuição do Nobel da Paz aos dois timorenses, os Estados Unidos estavam apostados em vender à Indonésia caças F-16.

Quando lhe perguntavam como via a postura dos EUA a propósito da ocupação de Timor-Leste, Ramos-Horta respondia que as armas norte-americanas eram usadas no território, e que a sua irmã e os seus três irmãos mortos pelos indonésios tinham sido assassinados com armamento "made in USA".

AFP



A face visível de um povo oprimido

José Luís Ramos-Horta (1949-) deixou Timor-Leste a 4 de Dezembro de 1975, precisamente três dias antes de as tropas indonésias invadirem o território. Só pôde voltar a pisar o chão da sua terra quase 25 anos depois. Ao longo de todo o tempo que mediou esses dois momentos, foi ele o grande embaixador em todo o Mundo da causa timorense. Enquanto o seu povo sofria, enquanto os seus conterrâneos e familiares morriam sob a opressão do invasor, ele nunca deixou de fazer ouvir a sua voz nos principais centros de decisão mundiais, denunciando atrocidades, sensibilizando poderes e conseguindo apoios. O Prémio Nobel da Paz de 1996, que lhe foi atribuído em parceria com o administrador apostólico de Díli, D. Ximenes Belo, foi o corolário, mas não o fim, de uma luta diplomática sem tréguas.

Ramos-Horta nasceu no dia a seguir ao Natal de 1949, em Díli, e foi educado numa missão católica na aldeia de Soibada. Filho de uma timorense e de um português, exilado no mais longínquo território do então Ultramar devido a divergências com o regime salazarista, também ele conheceu cedo os caminhos do exílio. Trabalhando como jornalista, a partir de 1969, na rádio, rapidamente se tornou incómodo pelas suas posições pró-independência, o que lhe valeu uma ida forçada para Moçambique, entre 1970 e 1972.

Figura destacada no seio da FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), Ramos-Horta foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, quando este partido declarou unilateralmente a independência do território, em 1975, ao sair vencedor de confrontos internos com o outro partido, a UDT (União Democrática de Timor). Foi nessa qualidade que se ausentou do país embrionário, dias antes de as tropas indonésias o tomarem de assalto. Tinha 25 anos e tornou-se, assim, no mais jovem diplomata que alguma vez se dirigiu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, pedindo então acção imediata contra a Indonésia.

Esse esforço frente aos senhores do Mundo, sem seguimento em termos imediatos, foi o arranque para uma vida de combate contra o esquecimento, de persistente sensibilização de todos os quadrantes da comunidade internacional para a opressão a que o seu povo estava sujeito. Tornou-se de imediato representante permanente da FRETILIN junto da ONU – entre 1991 e 1998 manteve es-

AFP

Os sorrisos de esperança, em Estocolmo

sas funções em nome do Conselho Nacional da Resistência Maubere, sendo em 1998 eleito vice-presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense. Viajou por todo o planeta e discursou noutros fóruns, como a Quarta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Comité Especial para a Descolonização das Nações Unidas, a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, o Parlamento Europeu e muitos outros.

José Ramos-Horta fez o mestrado em Estudos da Paz, com concentração em Direito Internacional e Política Externa Americana, pela Antioch University, em 1984. Antes tinha frequentado cursos sobre relações EUA-URSS, na New School for Social Research, e História e Política dos EUA na New York University. Em 1987, esteve na Universidade de Oxford, como investigador de Relações Internacionais.

Solteiro, Ramos-Horta é pai de um filho, Loro, no qual vê o seu "melhor amigo". Trota-mundos por força da sua missão, depois de ter passado dez anos nos Estados Unidos, teve residências em Sydney, Lisboa e Genebra, permanecendo mais tempo na Austrália, onde dirigiu o Programa de Treino Diplomático na Universidade da Nova Gales do Sul. Foi em Sydney que votou, em Setembro de 1999, no referendo em que os timorenses rejeitaram massivamente um estatuto de autonomia no seio da Indonésia.

Visto como criminoso e traidor pelo Governo indonésio, Ramos-Horta nem podia pensar em aproximar-se da sua terra natal, se bem que isso fosse, com certeza, algo em que pensou todos os dias da sua vida de exílio. Nos tempos que se seguiram ao referendo, ele era, no exterior, o espelho do sofrimento por que, mais uma vez, estavam a passar todos os timorenses, com massacres, deslocação forçada de populações, destruição de casas e de toda a espécie de bens...

A comunidade internacional demorava a agir, inexplicavelmente, e Ramos-Horta, desfeito mas nunca derrotado, prosseguia sempre os seus esforços diplomáticos.

Quando a situação acalmou, já depois de a Indonésia ter autorizado a ida para o território de forças internacionais de imposição de paz, pôde voltar a casa. Quando o fez queria retirar-se, mas essa foi uma decisão que teve de adiar....

Destacado entre defensores da liberdade

José Ramos-Horta mantém estreitas relações com outros activistas dos Direitos Humanos. Nutre um profundo respeito por Aung San Suu Kyi, tendo estado em 1994 na Birmânia, a trabalhar com o partido da Prémio Nobel que se encontra em prisão domiciliária. Está próximo do Dalai Lama e da luta dos tibetanos, bem como de Rigoberta Menchú, da Guatemala. Trabalhou também com Oscar Arias num Código Internacional de Conduta na Transferência de Armamento.

Hábitos adquiridos no exílio

Regressado a Timor-Leste, José Ramos-Horta não pôde satisfazer alguns dos gostos que adquiriu ao longo de 24 anos de exílio. Enquanto deambulava pelos países desenvolvidos, ganhou o hábito de ir frequentemente ao cinema e um gosto especial pelo ténis, ele que não prescinde de algum exercício físico. Apreciador de música clássica e de jazz, espera ter em Timor o sossego que tanto aprecia. É que, apesar de ter vivido dez anos em Nova Iorque, detesta as grandes cidades.

Fundação

Facilidade de expressão em todo o lado

Voz itinerante da causa timorense, José Ramos-Horta desenvolveu, ao longo dos anos, uma enorme facilidade de expressão. Além de se movimentar à vontade nos corredores do poder de todo o Mundo, o dirigente timorense fala fluentemente várias línguas, como o tetum (língua nativa), o português (língua oficial), o espanhol, o inglês, o francês e o bahasa (língua dos indonésios javaneses). Além desses predicados linguísticos, dedicou-se também a aprender mandarim.

Quatro irmãos mortos pela Indonésia

Apesar de ter deixado Timor dias antes da invasão, Ramos-Horta sentiu na pele as atrocidades cometidas pela ditadura de Suharto. Uma irmã e três irmãos – era uma família de 11 filhos – caíram sob os disparos dos indonésios. Apesar disso, numa entrevista a um jornalista norte-americano, pôs de parte desejos de vingança: "Mesmo que me encontrasse cara a cara com os oficiais indonésios que assassinaram os meus irmãos e a minha irmã, não teria coragem para os executar a sangue frio, nem permitiria que alguém o fizesse".

O Prémio Nobel da Paz foi equitativamente dividido pelos dois laureados. José Ramos-Horta destinou os seus cerca de 500 mil dólares à constituição da Fundação Paz e Democracia D. Martinho da Costa Lopes, assim designada em homenagem ao antigo administrador apostólico de Díli.

Com a fundação, sediada em Lisboa, Ramos-Horta quis, além de prestar o seu tributo a "um homem íntegro e corajoso", proporcionar apoio aos jovens timorenses. Um dos principais objectivos do laureado, ao criar esta instituição, era conceder bolsas de estudo aos estudantes timorenses em Timor, na Indonésia e em Portugal, para "promover a luta no exterior". A fundação esteve, também, por trás do espaço dedicado a Timor-Leste na Expo-98.

A cerimónia de criação da Fundação Paz e Democracia D. Martinho da Costa Lopes foi realizada em plena Assembleia da República, na presença do então presidente Jorge Sampaio. Isso aconteceu em Dezembro de 1997 e a associação ao evento dos órgãos de soberania portugueses simbolizava o empenho português no apoio à causa timorense, numa altura em que ainda vinham longe os acontecimentos de 1999.

AFP

Com Xanana, "o herói que merecia"

Jorge Sampaio, que no ano anterior tinha presenciado, em Oslo, a entrega do Prémio Nobel da Paz, salientou, por ocasião do lançamento da fundação, que "a luta heróica dos timorenses pela sua autodeterminação tornou-se uma grande causa internacional, que mobiliza todos os que defendem os princípios do direito e da liberdade, e passou a merecer, por parte dos meios de comunicação, uma atenção permanente, que reflecte bem o interesse e o apoio crescente da opinião pública internacional ao povo de Timor-Leste".

Tendo destacado que a fundação foi "assente num sólido princípio de pluralismo político, que se exprime pela participação nos seus corpos dirigentes de personalidades relevantes de múltiplos quadrantes da comunidade timorense em diáspora", o chefe de Estado caracterizou, também, o compromisso de Portugal com Timor-Leste:

"Portugal tem responsabilidades políticas e morais inalienáveis perante os timorenses. Desde logo, tem a obrigação de garantir a restauração do Direito em Timor-Leste. Tal só será possível no dia em que a comunidade timorense puder exercer, livre e democraticamente, o seu direito de autodeterminação, que lhe é reconhecido, solenemente, pelas Nações Unidas".

Coragem nas urnas

No dia 30 de Agosto de 1999, depois de adiamentos e sem estarem garantidas as condições de segurança essenciais, dadas as ameaças das milícias pró-integracionistas, 98,6% dos timorenses foram às urnas. O tão ansiado referendo, sob a égide das Nações Unidas, permitiu-lhes expressar o desejo colectivo: cinco dias depois, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, anunciou perante o Conselho de Segurança que 78,9% dos votantes tinham decidido a favor da independência.

AFP

No fim do século estarei em liberdade

José Ramos-Horta, que sempre alertara para o perigo de o referendo se realizar sem a presença de forças de manutenção de paz no território, estava ainda impedido de regressar a Timor-Leste e votou em Sydney. Os factos deram-lhe razão. Logo depois de o resultado ter sido conhecido, as milícias, perante a passividade cúmplice dos militares indonésios, desencadearam uma onda de terror.

De Díli, onde quatro jornalistas portugueses permaneciam, vinham relatos de mortes, de destruição, de medo. A população fugia para as montanhas, onde permaneciam os guerrilheiros das FALINTIL, cumprindo ordens expressas de Xanana Gusmão para não oferecerem qualquer réplica, ou buscavam refúgio nas instalações da UNAMET, a missão das Nações Unidas que levou a cabo a consulta popular. Milhares de timorenses foram deslocados para o sector ocidental da ilha ou para outros pontos da Indonésia.

Por mais evidentes que fossem as atrocidades cometidas em Timor-Leste, por mais óbvia que fosse a incapacidade da Indonésia em lidar com o assunto, a resposta internacional tardou. Só no dia 12 de Setembro, ao fim de duas semanas de inferno, é que o presidente Habibie, sucessor de Suharto, cedeu às pressões externas e reconheceu a necessidade de ajuda internacional para devolver a paz ao território. Isso não significou o fim imediato da barbárie, pois só uma semana depois, a 18 e 19, chegaram a Díli as primeiras tropas australianas.

A partir daí, começou a conhecer-se a verdadeira extensão do drama. Os repórteres começaram a enviar para o Mundo imagens e relatos de um território arrasado e da enorme coragem daquele pequeno povo. Reconstruir passou a ser o primeiro passo para a edificação de um novo país, que teve em 2000 o primeiro ano pacífico ao fim de um quarto de século de asfixia.

Numa entrevista dada em 1997, Ramos-Horta tinha acertado: "Acredito que no fim do século as coisas terão mudado e Timor-Leste encontrará a paz e a liberdade. Queremos a autodeterminação e a supervisão das Nações Unidas num processo que permita ao povo de Timor-Leste decidir quanto ao seu futuro. Este é um pedido muito modesto e justo. Não estamos a pedir a Lua".

Reacções amargas em Jacarta

A atribuição do Prémio Nobel da Paz a Ramos-Horta e a D. Ximenes Belo provocou reacções agressivas do Governo indonésio. Os líderes de Jacarta acusaram o Comité Nobel da Noruega de ter perdido a objectividade, garantiram que o prémio não iria modificar nada e denegriram a imagem de Ramos-Horta. "Oportunista" e "mestiço" foram dois dos muitos piropos usados em editoriais de vários jornais javaneses fiéis ao regime totalitário de Suharto.

Prémio devia ter ido para Xanana

"Profundamente surpreendido", foi como Ramos-Horta se declarou no dia em que soube ter sido laureado com o Nobel da Paz. Salientou, na ocasião, que o prémio deveria ter sido atribuído o líder do CNRT, então prisioneiro em Jacarta. "Esta notícia espantou-me enormemente e não acreditei de imediato. Julgo que a atribuição do prémio ao bispo Belo é mais do que merecida, mas também penso que o prémio devia ter sido para Xanana Gusmão, um herói que o merece mais do que qualquer um de nós", disse Ramos-Horta.